



Universidade de Brasília – UnB  
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade e GPP - FACE  
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais - CCA  
Curso de Graduação em Ciências Contábeis

CAMILA CRISPIM DOS SANTOS

**GOVERNANÇA CORPORATIVA E EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL:  
UMA ANÁLISE EM COMPANHIAS ABERTAS BRASILEIRAS DO  
SETOR DE AGRONEGÓCIO QUE EXPLORAM ATIVOS  
BIOLÓGICOS.**

Brasília-DF

2017

Márcia Abrahão Moura  
Reitor da Universidade de Brasília

Professora Cláudia da Conceição Garcia  
Decano de Ensino de Graduação

Professor Doutor Roberto de Goés Ellery Júnior  
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Professor Doutor José Antônio de França  
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professor Doutor Paulo Augusto Petenuzo de Britto  
Coordenadora de Graduação do curso de Ciências Contábeis e Atuariais – Diurno

Professor Mestre Elivânio Geraldo de Andrade  
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis e Atuariais - Noturno

CAMILA CRISPIM DOS SANTOS

GOVERNANÇA CORPORATIVA E EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL:  
UMA ANÁLISE EM COMPANHIAS ABERTAS BRASILEIRAS DO  
SETOR DE AGRONEGÓCIO QUE EXPLORAM ATIVOS  
BIOLÓGICOS.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuarias da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília, como requisito a conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e para a obtenção do Grau em Bacharel em Ciências Contábeis.

**Linha de Pesquisa:**

Impactos da Contabilidade na Sociedade

**Orientadora:**

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Ducineli Régis Botelho.

Brasília-DF

2017

SANTOS, Camila Crispim dos.

Governança Corporativa e Evidenciação Contábil: uma análise em companhias abertas brasileiras do setor de agronegócio que exploram ativos biológicos. Brasília, DF, 2017.

42 f.: il.

Orientadora: Prof. Dra. Ducineli Régis Botelho.

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia – Graduação) – Universidade de Brasília (UnB) – Faculdade de Economia, Administração e Ciências Contábeis e Atuarias – FACE. 2º Semestre de 2017.

1. Agronegócio 2. Ativos Biológicos. 3. Contabilidade. 4. Governança Corporativa. 5. Demonstrações Contábeis.

Dedico este trabalho a Deus porque foi Ele que me ajudou até aqui, que Ele continue realizando seus sonhos e desejos em minha vida.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus e a Jesus por me manterem de pé quando eu já não imaginava ser possível, por serem minha rocha e a minha fortaleza. Agradeço a Deus por jamais desistir de mim e por ter me sustentado até aqui, por realizar todos os dias seus sonhos em minha vida.

Agradeço a minha irmã Aline Crispim dos Santos que mesmo longe tem me apoiado e me mostrado a importância de uma irmã em nossas vidas. Agradeço a ela por sempre ser minha melhor amiga.

Agradeço ao meu pai Roberto Carlos Crispim dos Santos e a minha mãe Odete Ramos dos Santos por sempre estarem ao meu lado quando eu preciso, por me mostrarem que o amor de pai e mãe é incondicional. Agradeço a eles por nunca terem desistido de mim e por terem tido toda a paciência e dedicação a mim. Obrigada por sempre confiarem, por me escutarem e por serem exemplos tão maravilhosos.

Agradeço a minha amiga Luciana Regina por toda a paciência de todos esses meses, por sempre me escutar quando eu preciso e por me apoiar.

Agradeço a minha orientadora, Professora Ducineli Régis Botelho por toda a ajuda, por toda a dedicação, por acreditar que tudo seria possível. Obrigada por passar a mim todo seu amor pela profissão e por me inspirar todos os dias.

“Então Samuel pegou uma pedra e a ergueu entre Mispá e Sem; e deu-lhe o nome de Ebenézer, dizendo: "Até aqui o Senhor nos ajudou"

1 Samuel 7:12

## RESUMO

O agronegócio é um setor que até pouco tempo não tinha um acompanhamento adequado da contabilidade e outras áreas da administração, seu alto desenvolvimento com o passar do tempo fez com que melhorias na contabilidade e administração chegassem até este setor. Nesse sentido, esta pesquisa tem por objetivo analisar a relação entre o Índice de Governança Corporativa e o Índice de evidenciação das informações em empresas do setor de agronegócio que exploram ativos biológicos no período compreendido entre 2011 a 2016. Para atingir o objetivo desejado foi realizado um método quantitativo, com enfoque descritivo dos dados contábeis e financeiros, onde os dados foram retirados da base de dados do Economática®, baseado no estudo realizado por Botelho, Pires, Rech e Tortoli (2016). Ao realizar a pesquisa foi necessária a análise das Demonstrações Contábeis e Notas explicativas para se estimar as variáveis necessárias. Após realizar a associação entre as variáveis escolhidas com o Índice de Evidenciação, foi possível verificar que poucas variáveis influenciam significativamente o nível de evidenciação das demonstrações financeiras.

Palavras-chave: agronegócio; ativos biológicos; contabilidade; governança corporativa; demonstrações contábeis.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Exemplos de Ativos Biológicos.....	23
Quadro 2 – Variáveis de Pesquisa.....	30

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Empresas da Amostra e Suas Classificações.....	28
Tabela 2 – Coeficiente de Correlação.....	31
Tabela 3 – Resultado VIF.....	32
Tabela 4 – Modelo Probit.....	32

# SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>1.1 Contextualização .....</b>	<b>12</b>
<b>1.2 Problema de Pesquisa .....</b>	<b>16</b>
<b>1.3 Objetivo Geral .....</b>	<b>17</b>
<b>1.4 Objetivo Específico .....</b>	<b>17</b>
<b>1.5 Delineamento da Pesquisa .....</b>	<b>17</b>
<b>1.6 Justificativa.....</b>	<b>18</b>
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>21</b>
<b>2.1 Definição de Agronegócio e Ativos Biológicos.....</b>	<b>21</b>
<b>2.2 CPC 29 e Sua Importancia para o Agronegócio .....</b>	<b>23</b>
<b>2.3 Governança Corporativa como Ferramenta de Gerenciamento.....</b>	<b>25</b>
<b>3. METODOLOGIA.....</b>	<b>28</b>
<b>4. ANÁLISE DOS RESULTADOS .....</b>	<b>31</b>
<b>5. CONCLUSÃO.....</b>	<b>34</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>37</b>
<b>APÊNDICE 1 - CRITÉRIOS UTILIZADOS PARA A ELABORAÇÃO DO ÍNDICE DE EVIDENCIAÇÃO .....</b>	<b>39</b>
<b>APÊNDICE 2 - VALORES ENCONTRADOS PARA O ÍNDICE DE EVIDENCIAÇÃO .....</b>	<b>41</b>



# 1. INTRODUÇÃO

## 1.1 Contextualização

A agricultura no Brasil e no mundo foram crescendo em uma proporção de larga escala, a tecnologia no meio rural foi se desenvolvendo a partir do momento em que os indivíduos foram se agrupando e tornando-se assim uma sociedade. Essa tecnologia que antes se desenvolvia de forma lenta, hoje se desenvolve de forma rápida onde o agricultor familiar que antes cultivava muitas vezes para consumo próprio ou em pequena escala para venda, hoje possui máquinas e equipamentos que desenvolveram o seu cultivo (GUILHOTO, ICHIHARA, SILVEIRA, DINIZ, AZZONI e MOREIRA (2011).

Com esse avanço na sociedade e também na área tecnológica, o setor agropecuário deu um salto em direção ao crescimento, muitos maquinários foram introduzidos, plantio em largas escalas entre outros. Segundo Araújo (2007, p. 15), os produtores passaram a precisar de armazéns para estocagem de seus produtos, portos e estradas para ser possível levar seus produtos até seus consumidores finais, mais fertilizantes e até novas técnicas de plantio e armazenamento. Essas mudanças trazem desafios ao produtor rural, onde a internacionalização da economia e a globalização passam a afetar o desenvolvimento de seu plantio.

A agricultura que antes era vista como setor primário, hoje tem a entrada de maquinários e outros insumos para auxiliar em sua produção, porém os produtores acabam se tornando dependentes desses equipamentos para o seu crescimento. Com avanço tecnológico que ocorreu no meio rural, esse meio passa a depender de outras fontes para seu desenvolvimento, dessa forma houve a necessidade de dar um novo entendimento para a palavra agricultura, pois não se trata mais de produtores autossuficientes e sim de produtores que em conjunto com outros setores e ferramentas atingem o seu objetivo final (ARAÚJO, 2007).

Para se entender essa nova realidade do meio rural, cria-se em 1957 no EUA o termo *agribusiness*, porém no Brasil essa ideia somente foi traduzida para o termo agronegócios a partir da segunda metade da década de 1990. Para se tornar possível o entendimento do termo agronegócio, Rufino (1999) o definiu como sendo um conjunto onde abrange todas as

operações que envolvem desde a fabricação dos insumos até a distribuição dos produtos desenvolvidos. (apud RUFINO, 1999)

O novo termo agronegócio é muito mais abrangente do que se pode imaginar, é uma interação entre os setores econômicos com o setor agropecuário, formando assim relações de trabalho que possuem por maior objeto o acúmulo de capital, investimento e também o crescimento na área tecnológica (LOURENÇO E LIMA, 2009).

Lourenço e Lima (2009) podem complementar nosso entendimento de agronegócios, pois afirmam que o novo termo se trata de relações de trabalho que possui por objeto principal a agricultura. O agronegócio não deixou de tratar os pequenos, médios e grandes produtores rurais, levando em consideração suas necessidades e sua força de trabalho. Esses produtores rurais são uma parte muito importante quando se trata de agricultura de um modo geral.

O agronegócio no Brasil, é uma atividade que vem aumentando sua participação na economia de forma surpreendente, as atividades são realizadas de forma moderna e eficiente, criando assim um ambiente onde a competitividade com outros setores é possível. O Brasil se torna um ambiente propício, onde a agricultura pode ser cultivada e explorada de forma eficiente, pois possui um clima compatível com a atividade entre outros fatores (LIMA, COLARES E MATTAR, 2015).

Segundo a projeção realizada pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA) (2016), o crescimento do agronegócio no Brasil em 2017 será de 2% em relação ao ano de 2016. Em 2015, o agronegócio aumentou sua participação no PIB, passando de um percentual de 21,5% para 23%. Para Lucchi, técnico superintendente da CNA, essa participação somente tende a crescer.

Conforme o entendimento de Lucchi, o agronegócio tem tido um crescimento bem acelerado com a passar do tempo, segundo a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) (2016), a participação no PIB em 2015 passou de 21,5% para 23%, já sua participação no ano de 2016 terá um aumento de 2,5% a 3% e a previsão para o aumento na participação em 2017 será de 2%. Também segundo a CNA (2016), a exportação agropecuária brasileira representa 48% das exportações totais do país. Em 2016, os produtos agropecuários renderam ao país cerca de US\$ 72,5 bilhões, sendo este um saldo comercial bem significativo. Para 2017, a CNA possui grandes expectativas quanto aos volumes de exportação, esperando também que haja abertura para novos destinos.

Com esse desenvolvimento rápido e contínuo do agronegócio no mercado brasileiro, têm se sentido a necessidade de utilizar a contabilidade como uma forma de melhor gerenciar seu empreendimento e também para melhorar seus produtos. Com o aumento da preocupação na atividade agrícola, normas apropriadas foram realizadas para ajudar na mensuração e tratamento contábil que devem ser realizados nas produções agrícolas. Normas essas como: IAS 41 – Agricultura. No Brasil, a adoção referente à Norma se deu em 2009, quando o Comitê de Pronunciamentos Contábeis definiu o CPC 29 – Ativos Biológicos e produtos agrícolas. Essa adoção veio juntamente com o processo de convergência as *International Financial Reporting Standards* (IFRS) (BOTELHO, PIRES, RECH E TORTOLI, 2016).

Conforme o entendimento de Fonseca (2015), os empresários rurais estão em busca de conhecimento para melhor gerenciar seu empreendimento e para esse gerenciamento a ferramenta escolhida tem sido da contabilidade. Ainda segundo Fonseca (2015), o agronegócio é um tipo de negócio que pode se tornar muito instável, pois as produções não dependem apenas dos produtores e sim do clima, do solo, da temperatura e entre outros fatores que não podem ser controlados pelo homem. Devido a esta instabilidade, o empresário rural tem sentido a necessidade de gerenciar seu negócio, conhecer todos os fatores que envolvem sua produção e dessa forma poder melhorar sua produção e aumentar o lucro desejado.

Na perspectiva de Ulrich (2009), a contabilidade é uma ferramenta onde se mostra ao empresário a real situação de sua empresa, como está o crescimento, os lucros, custos utilizados para a produção entre outros fatores importantes. Recentemente, a contabilidade tem se desenvolvido no meio rural, os produtores têm reconhecido a importância do gerenciamento e do planejamento financeiro.

Para se melhorar o tratamento contábil no agronegócio, normas foram criadas para auxiliar os empresários rurais na contabilização e elaboração das demonstrações contábeis com os resultados obtidos pelas empresas. O CPC 29 – Ativos Biológicos e produtos agrícolas é uma das Normas criadas e possui como principal objetivo “estabelecer o tratamento contábil, e as respectivas divulgações, relacionados aos ativos biológicos e aos produtos agrícolas”.

Até muito pouco tempo atrás era possível salientar que não haviam qualquer tipo de normas ou orientações que poderiam auxiliar na evidenciação, mensuração e até reconhecimento dos ativos biológicos. Os profissionais de contabilidade não possuíam o conhecimento necessário para o tratamento contábil desses ativos biológicos, e a contabilidade

como um todo até muito tempo atrás não dava a devida atenção para esses ativos (FIORAVANTE, 2010 apud VIRGINIO, 2014).

Conforme Fioravante (2010), com a criação do CPC 29, o Brasil entra num novo estágio onde começa a convergência para a Normas Internacionais, onde a contabilidade passa a ficar mais preocupada com a evidenciação, mensuração e o reconhecimento dos ativos biológicos.

Com essa convergência e com a adoção do CPC 29 é necessário que o profissional contábil melhore as informações contábeis, melhore o gerenciamento, a evidenciação, a mensuração dos ativos. É dever do contador expressar a situação da empresa, demonstrar a situação financeira, através das demonstrações contábeis, com qualidade, fidedignidade, relevância, confiança, veracidade e transparência (VIRGINIO, 2014)

O nível de evidenciação das informações pode gerar muitos conflitos dentro da empresa. Segundo Cunha e Ribeiro (2008), o nível de divulgação das informações possui um papel muito importante quando se trata de administração de conflitos entre os gestores e os acionistas das empresas. Esses conflitos que podem ocorrer entre gestores e acionistas são conhecidos como conflitos de agência. Segundo Silva (2009), o fato dos gestores possuírem as informações completas e privilegiadas, quando os investidores possuem apenas informações incompletas e somente as necessárias sobre a real situação econômica e financeira da empresa, gera-se um conflito de agência.

Um grande diferencial para o gerenciamento das empresas e para diminuir os conflitos de interesse seria a utilização da Governança Corporativa (GC). O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) (2017) define a Governança Corporativa como sendo um “sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas.” Essa GC pode ser trabalhada em conjunto com todos os setores da empresa, inclusive a própria contabilidade, fazendo com que a empresa possa alavancar suas estratégias e seu desenvolvimento.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) (2002), em sua cartilha sobre a governança corporativa, define a CG como sendo práticas que são utilizadas para melhorar o desempenho da empresa, pois a governança corporativa tenta proteger todos os seus interessados como os investidores, credores e administradores. Ainda segunda essa cartilha,

as empresas que possuem uma governança corporativa, tendem a serem empresas mais valorizadas em relação a empresas que não possuem.

Silva e Barros (2005) afirmam que a principal objetivo da governança corporativa é de proteger o valor da empresa, utilizando instrumentos como o controle e a evidenciação das informações, instrumentos estes utilizados em conjunto com a transparência com o intuito de acabar com o monopólio de informações por parte dos gestores.

Para complementar o entendimento, Cunha e Ribeiro (2008) afirmam que a governança corporativa pode ser usada como um instrumento de monitoramento da administração, pois as divulgações quando feitas de forma voluntária tendem a ser mais fiéis e diminuem a assimetria informacional, minimizando dessa forma o conflito de agência.

Diante das informações acima, fica evidente a importância que a governança corporativa traz para empresas rurais, pois suas boas práticas minimizam os riscos, o favorecimento, os conflitos de interesses, entre outros. Uma boa prática de governança traz consigo também uma boa situação financeira para empresa, onde decisões serão tomadas para o seu crescimento e com essas práticas as demonstrações contábeis que passarão a refletir a melhora na empresa, sua transparência e seu comprometimento com as Normas que estarão mais evidentes.

## **1.2 Problema de Pesquisa**

Diante do exposto na contextualização, houve a necessidade de busca de fundamentação teórica para responder a seguinte pergunta: **Existe uma associação entre o Índice de Governança Corporativa e o nível de evidenciação das informações em empresas que exploram ativos biológicos?**

### **1.3 Objetivo Geral**

O objetivo dessa pesquisa é analisar a relação entre o Índice de Governança Corporativa e o Índice de evidenciação das informações em empresas que exploram ativos biológicos no período compreendido entre 2011 a 2016.

### **1.4 Objetivo Específico**

- a) Analisar as principais formas de Evidenciação das empresas que possuem ativos biológicos;
- b) Compreender os benefícios que podem ser alcançados pela adoção da Governança Corporativa como ferramenta de gerenciamento;

### **1.5 Delineamento da Pesquisa**

O enfoque principal da pesquisa é analisar o Índice de Governança Corporativa e sua associação com o nível de evidenciação das informações financeiras das empresas que exploram ativos biológicos.

Para a realização desta pesquisa, realizou-se primeiro uma consulta e uma revisão da literatura em busca de informações que poderiam contribuir para atingir finalidade desejada. Após essa busca, foi realizado uma pesquisa empírica para que se tornasse possível o levantamento de dados, para em seguida fazer a comparação desejada.

A governança corporativa é um instrumento de gestão, que quando utilizado conjuntamente com a Contabilidade pode trazer uma maior confiabilidade e uma maior transparência para as informações da empresa. Conforme pesquisado por Brealey e Means (apud MALIENI, 2003, p. 36), um sistema perfeito com a governança corporativa pode trazer aos executivos todos os incentivos necessários para a maximização dos resultados, podendo

até conceder recompensas aos seus funcionários, pois é através da governança corporativa que se previne os excessos e os privilégios próprios ocorridos dentro da empresa.

A amostra desta pesquisa se delimita a 20 empresas brasileiras de capital aberto que possuem ativos biológicos em sua composição entre o período de 2011 a 2016. O referencial teórico utilizado é o de Mazzioni et al. (2015), onde o autor utiliza o Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGCX) da BM&FBovespa como variável para determinar o Índice de Governança Corporativa. Após determinado o Índice de Governança Corporativa foi realizado uma comparação com o Índice de Evidenciação para se atingir a finalidade desejada.

## 1.6 Justificativa

O trabalho realizado pelo profissional contábil é de suma importância, principalmente quando este trabalho é realizado em um setor que está em grande crescimento e transformação. Segundo Costa (et.al., 2004), a contabilidade é uma das principais ferramentas para o auxílio da administração na tomada de decisões, pois é através da contabilidade que se pode mensurar, identificar e registrar os fatos que podem alterar o patrimônio da empresa e além de tudo pode-se realizar análises através desses fatos ocorridos.

Já para Medeiros (2008, p. 212), a contabilidade tem por finalidade controlar, apurar o resultado e prestar informações dos resultados da empresa para os respectivos interessados. Essas informações dos resultados apresentadas pelos profissionais contábeis através das demonstrações contábeis são instrumentos de trabalho muito importantes para a contabilidade, pois através das demonstrações contábeis os *stakeholders*, ou seja, os usuários das informações contábeis podem tomar diversas decisões como, por exemplo: quando comprar ou vender um ativo imobilizado, quando vender mercadorias que está há muito tempo em estoque, adquirir novos investimentos, entre outros. Essas informações são de suma importância para o desenvolvimento da empresa como um todo, pois se as demonstrações contábeis não são realizadas da forma correta, a empresa acaba perdendo sua credibilidade e também a confiança dos acionistas.

O CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, define o objetivo das demonstrações contábeis como sendo “proporcionar informação acerca da posição patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa da entidade que seja útil a um

grande número de usuários em suas avaliações e tomada de decisões econômicas”. Outro objetivo definido pelo CPC 26 é “apresentar os resultados da atuação da administração, em face de seus deveres e responsabilidades na gestão diligente dos recursos que lhe foram confiados”.

Murcia (2009, p. 74) interpreta que as demonstrações dos resultados através das demonstrações contábeis podem ser vistas como um canal de transmissão, pois é através dessas informações que o mercado tomará suas decisões. De acordo com o ex-presidente da SEC “o sucesso de um mercado de capitais é diretamente dependente da qualidade das normas contábeis e de *disclosure*, pois esses fornecem confiança aos investidores de que a demonstrações contábeis são confiáveis”. (LEVITT, 1988, p. 80 apud MURCIA, 2009, p. 74).

A Governança Corporativa entra como uma grande ajuda para melhorar o trabalho e o desenvolvimento das empresas brasileiras que exploram ativos biológicos, pois é através da GC que mecanismos de trabalho serão criados para aperfeiçoar a produção e também a parte administrativa da empresa. Assaf Neto (2014) diz que “com a adoção da Governança Corporativa todos os agentes envolvidos com a empresa conseguem melhor acesso aos seus dados, e maior confiabilidade nas informações disponibilizadas”. É através da GC que conflitos entre usuários e acionistas serão minimizados, maior transparência terá a empresa em todos os seus departamentos, principalmente nas demonstrações contábeis.

Houve a necessidade da realização desse trabalho para se aprofundar nas pesquisas no ramo da contabilidade rural e suas demonstrações contábeis. É necessário analisar o índice de evidenciação, conforme as obrigatoriedades do CPC 29, avaliar se as empresas brasileiras estão divulgando suas demonstrações corretamente. Foi analisado também o Índice de Governança corporativa, verificando que se esse índice for significativamente alto, se a demonstração contábil será mais completa e de acordo com as normas.

Durante a realização da pesquisa, encontrou-se um artigo realizado por Botelho, Pires, Rech e Tortoli (2016), onde os autores realizam uma análise do Índice de Evidenciação com outras variáveis dependentes, onde possuíam o objetivo de analisar uma possível associação entre estas variáveis. Dessa forma, esta pesquisa influenciou para incluir como uma nova variável dependente o Índice de Governança Corporativa.

A pesquisa torna-se necessária, pois é através deste que é possível analisar se as empresas no ramo do agronegócio estão demonstrando suas informações, levando em consideração as exigências feitas pelo CPC 29 e em conjunto verificar se uma boa governança

corporativa influencia diretamente no nível de evidenciação dessas informações. Com a realização deste trabalho, pode-se entender como foi importante a criação de normas para o ramo do agronegócio e como a governança corporativa pode ser um ótimo instrumento de monitoramento a ser utilizado em conjunto com a contabilidade para uma melhoria no gerenciamento da entidade.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta etapa do trabalho foram estudados os principais conceitos, o crescimento do agronegócio com o passar dos anos, seu desenvolvimento e sua grande contribuição para a economia brasileira. Foi abordado também a importância das leis criadas para a regulamentação do agronegócio.

Discriminar a importância das demonstrações contábeis quando se trata de transparecer a real situação das empresas, a necessidade de se elaborar demonstrações contábeis confiáveis para que a empresa ganhe credibilidade no mercado.

A governança corporativa pode ser uma ferramenta de grande utilidade para se melhorar o desempenho da empresa, onde pode ser utilizado para diminuir conflitos entre administradores e os *stakeholders*. Foi estudado também se o índice de governança corporativa possui influência significativa para uma elaboração de demonstrações contábeis mais confiáveis e condizentes com a situação real das empresas.

### 2.1 Definição de agronegócio e ativos biológicos

Em tempos retóricos a agricultura no Brasil era realizada de forma simples e ainda muitas das vezes de forma manual, onde o agricultor cultivava seu próprio alimento, dava de comer aos animais e tudo era realizado em pequena escala. A agricultura antigamente era muito voltada para a agricultura de subsistência, o produtor plantava e cultivava suas plantas e também cuidava de seus animais para ter o que dar de comer a sua família. Segundo Guilhoto, Ichihara, Silveira, Diniz, Azzoni e Moreira (2011), a agricultura familiar não possui tanto caráter econômico, sendo voltado mais para o caráter social, onde a produção era realizada para o autoconsumo. Ainda com o entendimento de Guilhoto, Ichihara, Silveira, Diniz, Azzoni e Moreira (2011), a agricultura de subsistência era realizada em pequena escala e possuía uma menor incorporação da tecnologia.

No Brasil, a agricultura em pequena escala era muito propícia pois existem pequenas propriedades e vilarejos rurais que viviam praticamente isoladas e sua sobrevivência era baseada na agricultura de subsistência. Segundo Araújo (2007), as estruturas naquela época eram muito escassas, as estradas quase não existiam, não possuíam armazéns e não possuíam técnicas adequadas para a conservação dos produtos. Dessa forma, a sobrevivência partia da integração das atividades primárias que as propriedades rurais desenvolviam.

Essa integração apresentada por Araújo (2007, p. 14) é a agricultura propriamente dita, onde continha também a atividade comercial, pois o que uma propriedade rural não possuía a outra poderia ter produzido e assim a troca ou a venda era realizada entre eles. A agricultura estava relacionada a toda essa criação, cultivo e todo o conjunto de atividades que eram desenvolvidas no âmbito rural.

Para se entender essa nova fase da agricultura, foi criado em 1957 no EUA o termo agribusiness, porém no Brasil essa ideia somente foi traduzida para o termo agronegócios a partir da segunda metade da década de 1990. Segundo entendimento de Davis e Goldberg (1957), a definição de agronegócio seria “a soma total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas; das operações de produção na fazenda; do armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles”.

Quando se descreve o termo agronegócio, tem-se que ter em mente, como já citado anteriormente, que o agronegócio é o tratamento e as transações que começa desde a produção até a entrega de seus produtos para consumo (Rufino,1999). Para ser entendido quais seriam esses animais ou plantas, é dado o nome de ativos biológicos, que segundo Buch, Garcia, Rodrigues e Toda (2016) é todo animal ou planta que estejam vivos e que podem se transformar em produto agrícola. Já segundo o IAS 41, o ativo biológico também é todo animal ou planta vivos que depois de um período de tempo se transformarão em produtos agrícolas e estes produtos agrícolas podem ser entendidos como produto resultante dos ativos biológicos.

Para melhor entendimento do que seriam ativos biológicos e produtos agrícolas é apresentado o quadro 01 com alguns exemplos mais comuns, conforme demonstrado pelo CPC 29.

**Quadro 1 – Exemplos de Ativos Biológicos.**

<b>Ativos Biológicos</b>	<b>Produto Agrícola</b>	<b>Produtos resultantes do processamento após a colheita</b>
Carneiros	Lã	Fio, tapete
Plantação de árvores para madeira	Árvore cortada	Tora, madeira serrada
Gado de leite	Leite	Queijo
Porcos	Carcaça	Salsicha, presunto
Plantação de algodão	Algodão colhido	Fio de algodão, roupa
Cana-de-açúcar	Cana colhida	Açúcar
Plantação de fumo	Folha colhida	Fumo curado
Arbusto de chá	Folha colhida	Chá
Videira	Uva colhida	Vinho
Árvore frutífera	Fruta colhida	Fruta processada
Palmeira de dendê	Fruta colhida	Óleo de palma
Seringueira	Látex colhido	Produto da borracha

**Fonte:** CPC 29.

Os ativos biológicos são parte muito importante do agronegócio, pois é através deles que ocorre a produção, o desenvolvimento, o cultivo. Desde o nascimento ou plantio até o ponto de abate ou colheita, um animal ou planta é considerado, para fins de contabilização, um ativo biológico. A partir de seu corte ou colheita, o item passa a ser considerado como produto agrícola e assim é considerado até que seja transformado ou beneficiado (CARVALHO, PAULO E IKUMO, 2013).

## **2.2 O CPC 29 e sua importância para o agronegócio**

A contabilidade é uma Ciência social aplicada, onde sua principal função é captar, acumular, resumir e interpretar a real situação patrimonial, financeira e econômica, seja a pessoa física ou jurídica (IUDÍCIBUS e MARTINS, 2010). Já para Ferrari (2010, p. 1), a contabilidade é uma Ciência que possui como objeto o patrimônio e como principal objetivo controlar esse patrimônio para que informações relevantes sejam fornecidas aos usuários.

Com a grande evolução que ocorreu no meio rural, começou a se perceber a necessidade de se controlar seu patrimônio, tudo que era vendido e comprado e também aprender a gerenciar todo o negócio. Segundo Miranda (2004), a agricultura passou por uma grande crise em 1990 e somente sobreviveu a esta crise pessoas que adotaram métodos de gerenciamento especializado no campo. Ainda conforme o pensamento de Miranda (2004), a contabilidade pode ser essa ferramenta de gerenciamento, pois através da contabilidade é possível planejar, controlar e tomar as melhores decisões.

Com esse desenvolvimento rápido e contínuo do agronegócio no mercado brasileiro, têm se sentido a necessidade de utilizar a contabilidade como uma forma de melhor gerenciar seu empreendimento e também para melhorar seus produtos. Com o aumento na atividade agrícola, normas apropriadas foram realizadas para ajudar na mensuração e tratamento contábil, que devem ser realizados nas produções agrícolas. Normas essas como: IAS 41 – Agricultura. No Brasil, a adoção referente à Norma se deu em 2009, quando o Comitê de Pronunciamentos Contábeis definiu o CPC 29 – Ativos Biológicos e produtos agrícolas. Essa adoção veio juntamente com o processo de convergência as *International Financial Reporting Standards* (IFRS) (BOTELHO, PIRES, RECH E TORTOLI, 2016).

Com a entrada da contabilidade rural no agronegócio, foi possível perceber quão grande foi a sua importância. Através da contabilidade rural, o produtor conseguiu obter informações importantes para o crescimento da sua produção, aprendeu a contabilizar os custos e a avaliar seus estoques, realização da depreciação das máquinas de produção de forma correta e também as próprias ferramentas contábeis que ajudaram a melhorar a mensuração das receitas e despesas. (FONSECA, NASCIMENTO, FERREIRA e NAZARETH, 2015).

Com a utilização da contabilidade rural no agronegócio, pronunciamentos e normas foram criadas para padronizar a forma como é demonstrada e realizada a contabilidade no agronegócio. O CPC 29 tem como seu principal objetivo “estabelecer o tratamento contábil, e as respectivas divulgações, relacionados aos ativos biológicos e aos produtos agrícolas”. Conforme entendimento de Silva e Victor (2015), o CPC 29 tem por finalidade determinar como será mensurado, reconhecido e também evidenciado os ativos biológicos durante sua fase de desenvolvimento.

O CPC 29 foi criado para auxiliar os produtores rurais na contabilização de seus ativos biológicos e seus produtos agrícolas, nortear o que seriam esses ativos biológicos e produtos agrícolas, como evidenciá-los, como tratá-los contabilmente e como evidenciá-los em suas

demonstrações financeiras. Leal, Silva e Wanderley (2011) entendem que o CPC 29 foi criado para estabelecer diretrizes para o tratamento contábil dos ativos biológicos e produtos agrícolas no ponto de colheita e também como realizar a contabilização do estoque biológico.

Segundo o CPC 29 e o IAS 41, é necessário que o produtor rural e seu contador sigam as determinações nela inseridas para que a empresa trate e evidencie seus ativos corretamente, essas determinações são estabelecidas para que os ativos biológicos em fase de crescimento, degeneração, produção e reprodução sejam mensurados de forma confiável na data da demonstração contábil (LEAL, SILVA E WANDERLEY, 2011).

O CPC 29, em conjunto com as determinações do IAS 41, vieram para trazer maior segurança a contabilidade rural, dando ao profissional rural maior segurança ao realizar suas mensurações e evidenciações dos seus reais ativos biológicos e produtos agrícolas. É através da utilização das normas aplicadas ao setor agrário que a empresa ganha maior credibilidade no mercado, quando as demonstrações contábeis são demonstradas com um maior nível de compatibilidade com a norma, os *stakeholders* tendem a depositar um maior nível de confiança para investimento (OLIVEIRA e RECH, 2011).

### **2.3 A Governança Corporativa como ferramenta de gerenciamento.**

A governança corporativa pode ser entendida como as formas que os investidores terão certeza que terão retornos para os investimentos realizados (SHLEIFER e VISHNY, 1997). Já para Soares e Lima (2013, p. 28) a governança corporativa pode ser um ótimo atributo de gestão que podem definir como serão distribuídas a autoridade e a responsabilidade para que não haja conflitos entre os interesses dos investidores e gestores das empresas.

Para La Porta *et al.* (2000), a governança corporativa “é o conjunto de mecanismos que protegem os investidores externos da expropriação pelos internos (gestores e acionistas controladores)”. Já na visão de Jensen (2001), governança corporativa pode ser entendida como uma estrutura de controle que pode ser realizada em alto nível, onde o Conselho da Administração e do diretor executivo, podem realizar procedimentos de alterações no próprio Conselho.

Quando se pesquisa governança corporativa como ferramenta de gestão para equilibrar os interesses dos investidores, dos usuários externos e internos é possível lembrar da teoria da agência. A teoria da agência, segundo Berle e Means (apud FIORE, 2006), é o

desentendimento que pode ocorrer entre os administradores, sócios, investidores e usuários internos, desentendimentos estes que os investidores acabam acreditando que os administradores possuem informações privilegiadas e que os investidores ficam com as informações apenas que julgam necessárias. Ainda com o pensamento de Berle e Means (apud FIORE, 2006), os administradores por possuírem poder de decisões e possuírem também informações vantajosas podem utilizar esse poder para atingirem todos os seus objetivos pessoais.

Com todo esse conflito que ocorre entre investidores e administradores, achou-se necessário encontrar um meio onde pudesse juntas todos novamente e fizessem com que o trabalho em equipe fosse a melhor ferramenta. A governança corporativa em conjunto com a contabilidade foi a metodologia encontrada para amenizar esses conflitos, onde prevalece a transparência das informações, equidade, prestação de contas e a responsabilidade corporativa (CARNEIROS, MAPURANGA, MORAIS e PONTES, 2013).

Um grande diferencial para o gerenciamento das empresas e para diminuir os conflitos de interesse, seria a utilização da Governança Corporativa (GC). O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) (2017) define a Governança Corporativa como sendo um “sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas.” Essa GC pode ser trabalhada em conjunto com todos os setores da empresa, inclusive a própria contabilidade, fazendo com que a empresa possa alavancar suas estratégias e seu desenvolvimento.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) (2002) define a governança corporativa como sendo um conjunto de ações que visam melhorar o desempenho das entidades quando se trata de proteger todas as partes interessadas. Ainda segundo a CVM (2002), a governança corporativa, na visão dos investidores, vai auxiliar as decisões de investimento, pois a governança corporativa ajuda a determinar o nível e as formas de atuação que estes investidores podem ter dentro da entidade. Uma boa prática de governança corporativa pode aumentar o valor da empresa, reduzir os custos dos negócios e fazer surgir novas formas de capitalização de dinheiro como a de mercado de capitais.

O IBGC no período de 1999 lançou o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa com o objetivo de auxiliar as entidades a introduzir a governança corporativa como ferramenta de gerenciamento. Através dessa cartilha, é possível verificar que, adotando

uma boa governança corporativa pode-se agregar um valor mais alto à entidade, diminuindo os conflitos de agência e por fim melhorando o desempenho da entidade.

O IBGC (2015, p. 20) demonstra ainda que a entidade precisa adotar princípios básicos de governança corporativa, sendo eles: transparência, equidade, prestação de contas (*accountability*) e a responsabilidade corporativa. Quando adotado todos esses princípios básicos, o resultado é um clima mais confiável tanto internamente quando externamente, reduzindo consideravelmente os conflitos existentes.

A governança corporativa pode ser uma boa aliada a contabilidade, as informações poderão ser demonstradas de forma mais transparente sem conflitos de interesses, as demonstrações contábeis estarão demonstrando com mais fidedignidade suas informações. Um melhor gerenciamento corporativo das entidades pode acarretar melhores resultados e melhores investimentos, pois os investidores passarão a ter mais confiança para aplicar investimentos.

### 3. METODOLOGIA

Para responder ao problema de pesquisa foi realizado uma associação entre o índice de governança corporativa e o índice de evidenciação em empresas que exploram ativos biológicos num período entre 2011 a 2016. Este estudo se baseou num método quantitativo, com enfoque descritivo dos dados contábeis e financeiros, onde os dados foram retirados da base de dados do Economática®.

A amostra desta pesquisa se delimita a 20 empresas brasileiras de capital aberto que possuem ativos biológicos em sua composição entre o período de 2011 a 2016. Essa pesquisa possui caráter quantitativo quanto á sua metodologia e também caráter descritivo em relação aos objetivos. Toda a amostra selecionada foi retirada da listagem da BM&FBovespa, tendo como principal critério possuir ativo biológico em sua composição em pelo menos um dos anos selecionados. Caso a empresa não possuísse informações num determinado período, foram atribuídos o valor referente ao ano mais próximo.

As 20 empresas que compõem a amostra são: Battistella, Biosev, Brasilagro, BRF SA, Celul Irani, Cosan, Duratex, Ferbasa, Fibria, Grazziotin, Itausa, JBS, Karsten, Klabin S/A, Marfrig, Tereos, Trevisa, V-Agro, Wembley, Wlm Ind., com as quais estão agrupados conforme a classificação setorial do Economática®, de acordo com a Tabela 1.

**Tabela 1 – Empresas da amostra e suas classificações.**

<b>Setor</b>	<b>Frequência</b>	<b>Frequência %</b>
Comércio	3	15%
Agro e Pesca	2	10%
Alimentos e Bebidas	4	20%
Papel e Celulose	4	20%
Têxtil	2	10%
Veículos e Peças	0	0%
Siderurgia e Metalurgia	1	5%
Outros	4	20%
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>

As variáveis foram determinadas, conforme os critérios de evidenciação, determinados no pronunciamento CPC 29, utilizando também as informações contábeis e financeiras extraídas das Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas. Dessa forma, para a realização

desta pesquisa, foi determinado como a variável dependente o Índice de Evidenciação (IE) e como as variáveis independentes são: relação entre Ativo Biológico e Ativo Total (AB/AT), Rentabilidade do Patrimônio Líquido (Rent PL), Endividamento (End), Tamanho da empresa calculado pelo Ativo Total (TAM), Controle Acionário (ContAc), Liquidez Acionária (Liq AC), Negociabilidade Acionária (Neg AC) e o Índice de Governança Corporativa (IGCX).

Para a realização do Índice de Governança Corporativa das empresas brasileiras que exploram ativos biológicos, foi utilizado o Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGCX) da BM&FBovespa. Segundo a BM&FBovespa o IGCX “é o resultado de uma carteira teórica de ativos, elaborada de acordo com os critérios estabelecidos nesta metodologia” e tem por principal objetivo medir o desempenho médio das cotações dos ativos de empresas listadas no Novo Mercado ou nos Níveis 1 ou 2 da BM&FBovespa. Dessa forma, criou-se uma relação categórica onde o valor “1” corresponde às empresas listadas no IGCX e “0” para as empresas que não estão listadas no IGCX.

Para o cálculo do Índice Evidenciação, foram analisadas as Notas Explicativas das empresas que compõem a amostra em relação aos itens a serem evidenciados, determinados pelo Pronunciamento CPC 29. Para a realização da análise foram consideradas três categorias de evidenciação Sim, Não e Não se Aplica, sendo que para cálculo do Índice de Evidenciação, foi estabelecido a relação entre os itens evidenciados (Sim) e a somatória total dos itens evidenciáveis (categorias Sim e Não). O Quadro 2 apresenta o resumo das variáveis e as fórmulas de cálculo.

Ainda se tratando do cálculo do Índice de Evidenciação, após ter sido realizado a relação entre os itens evidenciados (Sim) e a somatória total dos itens evidenciáveis (categorias Sim e Não) foi calculado uma mediana entre os anos de 2011 a 2016 para cada empresa, o ano que tivesse seu valor maior que a mediana calculada era atribuída o valor 1. Para o ano que possuía seu valor abaixo da mediana era atribuído o valor 0. Dessa forma, foi encontrado o Índice de Evidenciação Ajustado (IE\_ajust), onde será aplicado no modelo a ser testado, descrito conforme Equação 1.

$$IE_{ajust_{i,t}} = \alpha + \beta_1 . ABAT_{i,t} + \beta_2 . RentPL_{i,t} + \beta_3 . End_{i,t} + \beta_4 . TAM_{i,t} + \beta_5 . ContAc_{i,t} + \beta_6 . LiqAc_{i,t} + \beta_7 . NegAc_{i,t} + IGCX_{i,t} + \varepsilon_{i,t} \quad (1)$$

**Quadro 2 – Variáveis da Pesquisa**

Tipo	Variável	Descrição	Fórmulas
Independente	ABAT	Proporção dos Ativos Biológicos	$(\text{Ativo Biológico CP} + \text{Ativo Biológico LP}) / \text{Ativo Total}$
Independente	ContAc	Controle Acionário	Participação percentual cumulativa dos três maiores acionistas nas ações com direito a voto / total de ações com direito a voto, obtida pelo Economática®
Independente	End	Endividamento	Exigível Total/Patrimônio Líquido
Dependente	IE	Índice de Evidenciação	Somatório dos itens “sim” divididos pelo somatório de “sim” e “não”
Independente	IGCX	Índice de Governança Corporativa	Empresas Listadas no IGCX: 1 Empresas não Listadas no IGCX:0
Independente	LiqAc	Liquidez Acionária	Calculada pelo Economática® para períodos de doze meses
Independente	NegAc	Negociabilidade Acionária	Calculada pelo Economática® para períodos de doze meses
Independente	RentPL	Rentabilidade do Patrimônio Líquido	ROE médio calculado pelo Economática®
Independente	TAM	Tamanho da Empresa	LN (Ativo total)

**Fonte:** Elaborado a partir das informações apresentadas por Botelho, Pires, Rech e Tortoli (2016).

Para a realização da associação entre as variáveis dependente e independentes, foi utilizado como ferramenta estatística o Gretl® Software, onde foi elaborado um painel para se verificar qual é o melhor modelo e quadro de correlação.

Por fim, foi aplicado o método Probit para análise dos dados referente ao período de 2011 a 2016 para as 20 empresas da amostra. Segundo Gujarati (2011), esse modelo utiliza uma função de distribuição acumulada (FDA) normal.

#### 4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Segundo Gujarati (2011), quando existem valores com alto nível de correlação o nível de estimação correta dos parâmetros acaba sendo menor. Dessa forma, foi realizado um teste de correlação entre as variáveis independentes conforme evidenciado abaixo no Tabela 2.

**Tabela 2 – Coeficientes de Correlação.**

ABAT	RentPL	END	TAM	CompAc	LiqAc	NegAc	IGCX	
1	0,0485	-0,0542	0,1588	0,0337	-0,2431	-0,2462	0,0785	<b>ABAT</b>
	1	-0,0460	0,0411	-0,1546	0,2372	0,2276	0,0222	<b>RentPL</b>
		1	0,0255	-0,1192	0,1013	0,1040	0,0778	<b>END</b>
			1	-0,3667	0,3508	0,3536	0,4239	<b>TAM</b>
				1	-0,6016	-0,5867	-0,5991	<b>CompAC</b>
					1	0,9973	0,4904	<b>LiqAC</b>
						1	0,4959	<b>NegAC</b>
							1	<b>IGCX</b>

**Fonte:** Resultados obtidos via Gretl. A variável dependente é o Índice de Evidenciação (IE). As Variáveis independentes são: Relação entre Ativo Biológico e Ativo Total (AB/AT), Rentabilidade do Patrimônio Líquido (Rent PL), Endividamento (End), Tamanho da empresa calculado pelo Ativo Total (TAM), Controle Acionário (CompAc), Liquidez Acionária (Liq AC) Índice de Governança Corporativa (IGCX).

Após analisar a Tabela 2, pode-se verificar que a Negociabilidade das Ações (NegAc) possui alta correlação com a Liquidez Acionária (LiqAc) (0,997). Para a melhor análise dos valores encontrados, foi retirado a Negociabilidade das Ações (NegAc). Verifica-se que o Controle Acionário possui relação negativa com todas as variáveis independentes da pesquisa. Um ponto importante a ser destacado é que a variável (LiqAC) possui relação negativa com a composição acionária (CompAC), o que comprova que quanto maior a concentração de propriedade menor é o volume de operações das ações das companhias. Outro ponto importante a ser analisado é que o Índice de Governança Corporativa (IGCX) também possui relação negativa com a composição acionária (CompAC), isso nos mostra que quanto maior o nível de gerenciamento da empresa menor será o volume de operações das ações das companhias. Analisando o índice de governança corporativa (IGCX) com as demais variáveis independentes, verificou-se que há relação positiva entre elas.

Para a continuação da análise, foi realizado o teste de Variance Inflation Factor (VIF), para verificar se há presença ou não de multicolinearidade. Após ser realizado o teste VIF quando as variáveis apresentarem valores superiores a dez é necessário que estas variáveis sejam desconsideradas do modelo. Segundo Montgomery et al. (2006), multicolinearidade é quando duas ou mais variáveis independentes são altamente correlacionadas entre si que se

torna difícil analisá-las separadamente. Conforme apresentado na Tabela 3, é possível verificar que nenhuma das variáveis apresentou valores superiores a dez, dessa forma não será necessário desconsiderar nenhuma destas do modelo.

**Tabela 3 – Resultado VIF**

Variável	Valores
ABAT	1,206
RENPL	1,108
END	1,023
TAM	1,332
COMPAC	1,973
LIQAC	2,001
IGCX	1,804

**Fonte:** Resultados obtidos via Gretl, em que  $VIF(j) = 1/(1-R(j)^2)$ , onde  $R(j)$  é o coeficiente de correlação múltipla entre a variável  $j$  e a outra variável independente. A variável dependente é o Índice de Evidenciação (IE). As Variáveis independentes são: Relação entre Ativo Biológico e Ativo Total (AB/AT), Rentabilidade do Patrimônio Líquido (Rent PL), Endividamento (End), Tamanho da empresa calculado pelo Ativo Total (TAM), Controle Acionário (CompAc), Liquidez Acionária (Liq AC) e Índice de Governança Corporativa (IGCX).

Para uma maior análise dos dados, foi realizado uma regressão das variáveis pelo modelo Probit, na Tabela 4 é demonstrado os principais resultados obtidos.

**Tabela 4 – Modelo Probit**

Descrição	Variável	Coefficiente	p-valor	
<b>Constante</b>	Const	0,0833374	0,7712	NS
<b>Controle Acionário</b>	CompAC	0,510659	0,0802	*
<b>Endividamento</b>	END	0,000190156	0,0038	***
<b>Índice de Governança Corporativa</b>	IGCX	0,0302726	0,7824	NS
<b>Liquidez Acionária</b>	LiqAC	-0,0487748	0,5757	NS
<b>Proporção de Ativos Biológicos</b>	ABAT	-0,00858597	0,8833	NS
<b>Rentabilidade do Patrimônio Líquido</b>	RentPL	0,000342555	0,8892	NS
<b>Tamanho da Empresa</b>	TAM	0,0479738	0,0386	**
<b>R-quadrado de McFadden</b>	0,145309			
<b>Número de casos ‘corretamente previstos’</b>	91 (75,8%)			
<b>Qui-Quadrado (7)</b>	20,7876 [0,0041]			

**Fonte:** Resultados obtidos via Gretl. Total de 120 observações. A variável dependente é o Índice de Evidenciação (IE). As Variáveis independentes são: Relação entre Ativo Biológico e Ativo Total (AB/AT), Rentabilidade do Patrimônio Líquido (Rent PL), Endividamento (End), Tamanho da empresa calculado pelo Ativo Total (TAM), Controle Acionário (CompAc), Liquidez Acionária (Liq AC) e Índice de Governança Corporativa. Nível de Significância de 10% (\*), Nível de Significância de 5% (\*\*), Nível de Significância de 1% (\*\*\*). Variáveis Não Significativas (N.S.) alcançaram p-valor superior a 0,1.

Conforme os dados apresentados na Tabela 4 pode-se verificar que as variáveis independentes que possuem influência significativa sobre a variável dependente são: Controle Acionário (CompAC), Endividamento (End) e Tamanho da Empresa (TAM). As demais variáveis independentes não obtiveram resultados significativos sobre a variável dependente,

pois possuem seus resultados de p-valor superior a 0,1. Com a análise realizada pelo método Probit, foi possível verificar que a variável independente Índice de Governança Corporativa (IGCX) possui uma relação positiva com a variável dependente Índice de Evidenciação, porém não possui influência significativa.

Também pelas informações evidenciadas na Tabela 4, percebe-se que o modelo possui um  $R^2$  de McFadden de 0,145309, o que demonstra que as variáveis independentes consideradas para esta pesquisa possuem um poder explicativo de 15% sobre o índice de evidenciação dos ativos biológicos das empresas analisadas.

## 5. CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve por objetivo realizar uma análise para verificar se há alguma associação entre o índice de governança corporativa (IGCX) e o índice de evidenciação (IE) em empresas que exploram ativos biológicos. Para atingir o objetivo desejado foi analisado 20 empresas, que possuem suas ações negociadas na bolsa de valores (BM&FBovespa) e são pertencentes ao setor do agronegócio, no período entre 2011 e 2016. Esta pesquisa se baseou num método quantitativo, com enfoque descritivo dos dados contábeis e financeiros, onde os dados foram retirados da base de dados do Economática®. Para a determinação do Índice de Evidenciação (IE) foram analisados Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas disponibilizadas pelas empresas, onde foi verificado se estes estavam de acordo com o que é exigido pelo Pronunciamento CPC 29. Para a realização do Índice de Governança Corporativa das empresas brasileiras que exploram ativos biológicos, foi utilizado o Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGCX) da BM&FBovespa, onde é considerado com o valor “1” às empresas listadas no IGCX e “0” para as empresas que não estão listadas no IGCX.

De acordo com a análise realizada, verificamos que há uma associação positiva entre o Índice de Evidenciação e o Índice de Governança Corporativa, porém este não possui influência significativa sobre a variável dependente.

Após a determinação dos índices citados acima, foi elaborado um painel data e a verificação do melhor modelo e quadro de correlação que analisasse a associação entre a variável dependente o Índice de Evidenciação (IE) e suas variáveis independentes que são: relação entre Ativo Biológico e Ativo Total (AB/AT), Rentabilidade do Patrimônio Líquido (Rent PL), Endividamento (End), Tamanho da empresa calculado pelo Ativo Total (TAM), Controle Acionário (CompAc), Liquidez Acionária (Liq AC), Negociabilidade Acionária (Neg AC) e o Índice de Governança Corporativa (IGCX).

Verificando os resultados obtidos, é possível analisar que a variável independente Liquidez Acionária (LiqAC) possui uma relação negativa com a variável dependente Índice de Evidenciação (IE), quando estas apresentam uma maior concentração acionária tendem a ter um nível menor de negociação. Esta variável independente também não possui influência significativa sobre a variável dependente.

Outro ponto importante a ser destacado é a relação positiva e significativa entre a variável Tamanho da Empresa (TAM) e a variável independente Índice de Evidenciação (IE). Pode-se verificar que a partir deste resultado obtido que quanto maior for a empresa maior tende a ser o nível de evidenciação desta.

Finalmente, analisando a variável independente Índice de Governança Corporativa (IGCX) em associação com a variável dependente Índice de Evidenciação (IE) pode-se verificar que a variável independente possui uma relação positiva entre a variável dependente, mas não possui uma influência significativa sobre esta variável.

Apesar do Índice de Governança Corporativa (IGCX) não ter apresentado significância em relação ao Índice de Evidenciação, podemos concluir que este traz benefícios gerenciais as empresas. Conforme o entendimento de Moura, Mazzioni e Ziliotto (2016) uma boa governança corporativa pode beneficiar a empresa com uma melhor transparência, equidade conformidade com os princípios legais.

Ao analisarmos as empresas escolhidas para esta pesquisa, é possível destacar que estas não avaliam seus ativos biológicos da mesma forma. Algumas empresas criam seus próprios ativos biológicos, como arvores, animais e outros. Dessa forma, essas empresas avaliam seus ativos biológicos pelo valor justo. Existem empresas da amostra, como exemplo a JBS, que compram ativos biológicos e posteriormente transformam em produtos agrícolas. Essas empresas possuem uma forma diferente de avaliar esses ativos biológicos. Essa diferença de avaliação de ativos biológicos realizadas pelas empresas, pode ter influenciado no resultado encontrado na variável proporção de ativos biológicos (ABAT), pois conforme a Tabela 4 possui uma relação negativa com a variável dependente e não possui influência significativa.

Mazzioni, Moura e Ziliotto (2016) realizaram uma pesquisa para analisar os fatores determinantes da qualidade da informação contábil. Em relação ao Índice de Governança Corporativa, os autores também encontraram em seus estudos que este índice não possui relação significativa quanto à qualidade da informação contábil.

Botelho, Pires, Rech e Tortoli (2016) fizeram uma análise do Índice de Evidenciação com outras variáveis dependentes, onde possuíam o objetivo de analisar uma possível associação entres estas variáveis. Ao se realizar uma comparação entre os resultados desta pesquisa e os resultados obtidos pelos autores, foi possível se confirmar que algumas varáveis

possuem influência significativa sobre a variável dependente Índice de Evidenciação, sendo elas: Endividamento (End), Tamanho da Empresa (TAM).

As principais limitações encontradas na realização deste trabalho, foi para a realização de algumas variáveis como Ativos Biológicos, Rentabilidade do Patrimônio Líquido, entre outros, pois as empresas não possuíam valores para estes. Outra grande limitação foi a amostra da pesquisa ser muito pequena, pois não existem muitas empresas no setor agronegócio que exploram ativos biológicos.

Para sugestões de pesquisas futuras, poderão ser realizados com um número maior de empresas, podendo ser feito uma associação com empresas internacionais para verificar se em empresas fora do Brasil essas variáveis escolhidas, e outras que podem ser acrescentadas, possuem uma maior associação e influência sobre a variável dependente Índice de Evidenciação.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Massilon J. Fundamentos de agronegócios. Editora Atlas SA, 2000.
- BARROS, Claudio ME; SOARES, Rodrigo O.; FRANCO DE LIMA, Gerlando AS. A relação entre governança corporativa e gerenciamento de resultados em empresas brasileiras. Revista de Contabilidade e Organizações, v. 7, n. 19, 2013
- BOTELHO, Ducineli Régis; PIRES, Paulo Alexandra da Silva; RECH, Ilirio José; TORTOLI, Júlia Peres. Estudo da associação entre o nível de evidenciação e o grau de concentração da propriedade nas empresas que exploram ativos biológicos. 20º Congresso Brasileiro de Contabilidade, Fortaleza. 2016.
- COMISSÃO, DE VALORES MOBILIÁRIOS. Recomendações da CVM sobre governança corporativa. 2002. <http://www.cvm.gov.br/decisoes/anexos/0001/3935.pdf>. Acessado em 30 out. 2017, v. 21, p. 06-09, 2002.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. Pronunciamento Conceitual Básico. Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. Disponível em: < <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=2>>. Acesso em: 30 out. 2017.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. Pronunciamento técnico CPC 27. Ativo Imobilizado. Disponível em: < <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=58>>. Acesso em: 30 out. 2017.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. Pronunciamento técnico CPC 29. Ativo Biológico e Produto Agrícola. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=60>>. Acesso em: 30 out. 2017.
- DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS, Egresso do Curso; DAS FACULDADES INTEGRADAS, I. C. E. CONTABILIDADE: FATOR DE DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO.
- DIAS DE MOURA, Geovanne; ZILIO, Karina; MAZZIONI, Sady. Fatores determinantes da qualidade da informação contábil em companhias abertas listadas na BM&FBovespa. Revista de Contabilidade e Organizações, v. 10, n. 27, 2016.
- FIORAVANTE, A. C; et al.: Ativo Biológico e Produto Agrícola. In: ERNEST&YOUNG; FIPECAFI. Manual de normas internacionais de contabilidade: IFRS versus normas brasileiras. São Paulo: Atlas, 2010.
- FONSECA, Reinaldo Aparecida et al. Contabilidade Rural no Agronegócio Brasileiro.
- GARCIA, F. A. (2005), «Governança Corporativa», Trabalho de Conclusão de Curso, Instituto de Economia, Univ. Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em [http://www.cvm.gov.br/port/public/publ/ie\\_ufrj\\_cvm/Felix%20Arthur\\_C\\_Azevedo\\_Garcia.pdf](http://www.cvm.gov.br/port/public/publ/ie_ufrj_cvm/Felix%20Arthur_C_Azevedo_Garcia.pdf). Acesso em 05/09/09.

- JENSEN, Michael. A theory of the firm: governance, residual claims, and organizational forms. 1. ed. Harvard University Press, 2001. 320p.
- LOURENÇO, Joaquim Carlos et al. Evolução do agronegócio brasileiro, desafios e perspectivas. *Observatório de la Economía Latinoamericana*, n. 118, 2009.
- MANZZIONI, Sandy et al. Influência da governança corporativa e da estrutura de capital no gerenciamento de resultados. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, v. 12, n. 27, p. 61-85, 2015.
- MEDEIROS, Valdeci. Contabilidade. [www.valdecicontabilidade.cnt.br](http://www.valdecicontabilidade.cnt.br). **Acedido em**, v. 19, n. 3, p. 212, 2008.
- NUNES, Sidemar Presotto. O desenvolvimento da agricultura brasileira e mundial e a idéia de Desenvolvimento Rural. *Boletim eletrônico, DESER—Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais*, p. 1-15, 2007.
- OLIVEIRA, Alessandro Aristides de et al. A análise das Demonstrações Contábeis e sua importância para evidenciar a situação econômica e financeira das organizações. *Revista Eletrônica: Gestão e Negócios*, 2010.
- RECH, I. J.; OLIVEIRA, K. G. Análise da aplicação do CPC 29 e IAS 41 aos ativos biológicos no setor de silvicultura. In: V Congresso Anpcont, 2011, Vitória. *Anais... Vitória: ANPCONT*, 2011.
- RECH, I. J et. al. IAS 41 - Agriculture: um estudo da aplicação da norma internacional de contabilidade às empresas de pecuária de corte. In: 6º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. *Anais... São Paulo*, 2006.
- SILVA, Francisco Narciso da. Impacto do valor justo no resultado: um estudo com empresas do segmento de ativos biológicos. 2014.
- SILVA, Guilherme Luiz Castiglione da. Adequação do CPC 29 à mensuração dos ativos biológicos de produção “Bearer”: um estudo sobre empresas listadas na BM&FBOVESPA. 2015.
- STEFANELO, Eugênio L. Agronegócio brasileiro: propostas e tendências. **Revista FAE Business**, n. 3, p. 10-13, 2002.
- TEIXEIRA, Sarah Chinarelli. A relação entre a adoção de práticas recomendadas de Governança Corporativa e o nível de evidenciação. 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- ULRICH, Elisane Roseli. Contabilidade rural e perspectivas da gestão no agronegócio. **Revista de Administração e Ciências Contábeis do IDEU**, v. 4, n. 9, p. 01-13, 2009.
- WANDERLEY, Carlos Alexandre Nascimento; SILVA, Anderson Chaves da; LEAL, Rodrigo Barreiros. Tratamento contábil de ativos biológicos e produtos agrícolas: uma análise das principais empresas do agronegócio brasileiro. **Pensar Contábil**, v. 14, n. 53, 2012.

**APÊNDICE 1 – CRITÉRIOS UTILIZADOS PARA A ELABORAÇÃO DO ÍNDICE DE EVIDENCIAÇÃO.**

<b>ITENS A SEREM EVIDENCIADOS (CPC 29)</b>	
<b>1</b>	A empresa avalia seus ativos biológicos pelo valor justo?
<b>2</b>	A empresa avalia seus ativos biológicos pelo custo?
<b>3</b>	A empresa avalia seus ativos biológicos pelo custo e valor justo?
<b>4</b>	<b>40.</b> A entidade deve divulgar o ganho ou a perda do período corrente em relação ao valor inicial do ativo biológico e do produto agrícola e, também, os decorrentes da mudança no valor justo, menos a despesa de venda dos ativos biológicos.
<b>5</b>	<b>41.</b> A entidade deve fornecer uma descrição de cada grupo de ativos biológicos.
<b>6</b>	<b>46 (a).</b> As demonstrações contábeis devem divulgar, caso isso não tenha sido feito de outra forma: a natureza das atividades envolvendo cada grupo de ativos biológicos;
<b>7</b>	<b>46 (b).</b> As demonstrações contábeis devem divulgar, caso isso não tenha sido feito de outra forma: mensurações ou estimativas não financeiras de quantidade físicas: (i) de cada grupo de ativos biológicos no final do período; e (ii) da produção agrícola durante o período.
<b>8</b>	<b>49.(a)</b> A entidade deve divulgar: a existência e o total de ativos biológicos cuja titularidade legal seja restrita, e o montante deles dado como garantia de exigibilidades;
<b>9</b>	<b>49. (b)</b> A entidade deve divulgar: o montante de compromissos relacionados com o desenvolvimento ou aquisição de ativos biológicos;
<b>10</b>	<b>49. (c)</b> A entidade deve divulgar: as estratégias de administração de riscos financeiros relacionadas com a atividade agrícola.
<b>11</b>	<b>50.</b> A entidade deve apresentar a conciliação das mudanças no valor contábil de ativos biológicos entre o início e o fim do período corrente. A conciliação inclui:
<b>12</b>	<b>50 (a)</b> ganho ou perda decorrente da mudança no valor justo menos a despesa de venda;
<b>13</b>	<b>50 (b)</b> aumentos devido às compras;
<b>14</b>	<b>50 (c)</b> reduções atribuíveis às vendas e aos ativos biológicos classificados como mantidos para venda ou incluídos em grupo de ativos mantidos para essa finalidade, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada;
<b>15</b>	<b>50 (d)</b> reduções devidas às colheitas;
<b>16</b>	<b>50 (e)</b> aumento resultante de combinação de negócios;
<b>17</b>	<b>50 (f)</b> diferenças cambiais líquidas decorrentes de conversão das demonstrações contábeis para outra moeda de apresentação e, também, de conversão de operações em moeda estrangeira para a moeda de apresentação das demonstrações da entidade;
<b>18</b>	<b>50 (g)</b> outras mudanças.
<b>19</b>	<b>51.</b> O valor justo, menos a despesa de venda de um ativo biológico pode se alterar devido a mudanças físicas e também de preços no mercado. Divulgações separadas são úteis para avaliar o desempenho do período corrente e para projeções futuras, particularmente quando há um ciclo de produção que compreende período superior a um ano. Em tais casos, a entidade é encorajada a divulgar, por grupo, ou de outra forma, o total da

	mudança no valor justo menos a despesa de venda, incluído no resultado, referente às mudanças físicas e de preços no mercado. Geralmente, essa informação não é tão útil quando o ciclo de produção é menor que um ano (por exemplo, quando se criam frangos ou se cultivam cereais).
20	<b>53.</b> A atividade agrícola é, frequentemente, exposta aos riscos climáticos, de doenças e outros riscos naturais. Se um evento ocorre e dá origem a um item material de receita ou despesa, a natureza e o total devem ser divulgados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Exemplos de tais eventos incluem surtos de viroses, inundações, seca, geada e praga de insetos.
21	<b>54.</b> A entidade mensura ativos biológicos pelo custo, menos qualquer depreciação e perda no valor recuperável acumuladas, no final do período deve divulgar
22	<b>54. (a)</b> uma descrição dos ativos biológicos;
23	<b>54. (b)</b> uma explicação da razão pela qual o valor justo não pode ser mensurado de forma confiável;
24	<b>54. (c)</b> se possível, uma faixa de estimativas dentro da qual existe alta probabilidade de se encontrar o valor justo;
25	<b>54. (d)</b> o método de depreciação utilizado;
26	<b>54. (e)</b> a vida útil ou a taxa de depreciação utilizada;
27	<b>54. (f)</b> o total bruto e a depreciação acumulada (adicionada da perda por irreversibilidade acumulada) no início e no final do período.
28	<b>55.</b> Se durante o período corrente a entidade mensura os ativos biológicos ao seu custo menos depreciação e perda no valor recuperável acumuladas, deve divulgar qualquer ganho ou perda reconhecido sobre a venda de tais ativos biológicos, e a conciliação requerida deve evidenciar o total relacionado com tais ativos, separadamente. Adicionalmente, a conciliação deve conter os seguintes montantes, incluídos no resultado e decorrentes daqueles ativos biológicos:
29	<b>55. (a)</b> perdas irreversíveis;
30	<b>55. (b)</b> reversão de perdas no valor recuperável;
31	<b>55. (c)</b> depreciação.
32	<b>56.</b> Se o valor justo dos ativos biológicos, previamente mensurados ao custo, menos qualquer depreciação e perda no valor recuperável acumuladas se tornar mensurável de forma confiável durante o período corrente, a entidade deve divulgar
33	<b>56. (a)</b> uma descrição dos ativos biológicos;
34	<b>56. (b)</b> uma explicação da razão pela qual a mensuração do valor justo se tornou mensurável de forma confiável;
35	<b>56. (c)</b> o efeito da mudança do custo para valor justo.
36	<b>57.</b> A entidade deve fazer as seguintes divulgações quanto à subvenção governamental:
37	<b>(a)</b> a natureza e a extensão das subvenções governamentais reconhecidas nas demonstrações contábeis;
38	<b>(b)</b> condições não atendidas e outras contingências associadas com a subvenção governamental;
39	<b>(c)</b> reduções significativas esperadas no nível de subvenções governamentais.

**APÊNDICE 2 – VALORES ENCONTRADOS PARA O ÍNDICE DE EVIDENCIAÇÃO.**

<b>ÍNDICE DE EVIDENCIAÇÃO – VALORES E MEDIANA</b>							
<b>EMPRESA</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>MEDIANA</b>
Battistella	0,00	0,00	0,00	0,20	0,20	0,00	0,20
Biosev	0,00	0,92	0,83	0,35	0,17	0,17	0,35
Brasilagro	0,64	0,57	0,47	0,71	0,79	0,79	0,68
BRF	0,66	0,55	0,00	0,61	0,23	0,62	0,58
Cosan	0,79	0,79	0,00	0,61	0,23	0,62	0,61
Duratex	0,71	0,69	0,47	0,47	0,71	0,80	0,70
Ferbasa	0,87	0,81	0,75	0,75	0,75	0,75	0,75
Fibria	0,78	0,88	0,82	0,82	0,80	0,82	0,82
Graziotin	0,46	0,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Irani	0,73	0,73	0,73	0,73	0,79	0,73	0,73
Itausa	0,67	0,67	0,61	0,67	0,56	0,73	0,67
JBS	0,59	0,59	0,59	0,59	0,59	0,59	0,59
Klabin	0,83	0,83	0,83	0,83	0,00	0,00	0,83
Karsten	0,61	0,61	0,28	0,28	0,83	0,78	0,61
Marfrig	0,52	0,52	0,52	0,52	0,52	0,00	0,52
Tereos	0,68	0,68	0,68	0,68	0,00	0,00	0,68
Terra Santa	0,69	0,69	0,69	0,69	0,69	0,69	0,69
Trevisa	0,67	0,72	0,72	0,72	0,72	0,72	0,72
Wembley	0,22	0,22	0,22	0,22	0,00	0,00	0,22
WLM	0,17	0,17	0,17	0,17	0,00	0,00	0,17

<b>ÍNDICE DE EVIDENCIAÇÃO – BINÁRIO</b>						
<b>EMPRESA</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
Battistella	0	0	0	1	1	0
Biosev	0	1	1	1	0	0
Brasilagro	0	0	0	1	1	1
BRF	1	0	0	1	0	1
Cosan	1	1	0	1	0	1
Duratex	1	0	0	0	1	1
Ferbasa	1	1	1	1	1	1
Fibria	0	1	1	1	0	1
Graziotin	1	1	1	1	1	1
Irani	1	1	1	1	1	1
Itausa	1	1	0	1	0	1
JBS	1	1	1	1	1	1
Klabin	1	1	1	1	0	0
Karsten	1	1	0	0	1	1
Marfrig	1	1	1	1	1	0
Tereos	1	1	1	1	0	0
Terra Santa	1	1	1	1	1	1
Trevisa	0	1	1	1	1	1
Wembley	1	1	1	1	0	0
WLM	1	1	1	1	0	0